

CASAR, ASSOCIAR-SE, APOSTAR EM LOTERIAS: COTIDIANO OU ESTRATÉGIAS DE LIBERDADE ?

Beatriz Ana Loner
UFPel
bialoner@yahoo.com.br

Quando se discute a libertação de escravos tenta-se compor elementos de subversão à ordem estabelecida, com aqueles de acatamento as regras e leis, entendendo isso como prova evidente do desembaraço com que os escravizados conseguiam mover-se dentro dos ambientes senhoriais e culturais da sociedade, utilizando seus símbolos e valores no sentido de conseguir suas liberdades e atuando nas duas frentes. É fácil de entender que, para indivíduos cuja perspectiva de vida era se enquadrarem na sociedade existente como trabalhadores assalariados ou por conta própria, caso dos trabalhadores urbanos, livres ou escravos, a legalidade era um princípio básico, que só deveria ser transigido quando as circunstâncias assim o permitissem ou não deixassem outra alternativa.

Atualmente, dentro dos estudos sobre o trabalho, particularmente o trabalho urbano, está-se buscando cada vez mais a integração e as formas de interação e continuidade entre o trabalho livre e o trabalho coercitivo, num processo historiográfico em pleno andamento e iniciado apenas a poucos anos, a partir de uma interpelação de Silvia Lara (1998) e que já trouxe vários desdobramentos (MATTOS, 2008; FRENCH, 2006). Dentro dessa perspectiva, o estudo de que esta comunicação é parte, iniciaram com a extinção da escravidão e a formação do trabalhador livre na região sul do estado gaúcho, mas progressivamente evoluíram no sentido de buscar o trabalhador negro ainda como escravizado e ver como ele construiu suas redes associativas, tanto étnicas como profissionais (LONER, 2001). Está se partindo da perspectiva de considerar estes escravos como trabalhadores ainda escravizados e buscando interrogar e descobrir suas formas de conduta anterior ao período de 1888.

Esta comunicação pretende discorrer sobre como atividades cotidianas e consideradas normais em sociedades ocidentais, podem revestir-se de um caráter diferenciado, quando realizadas com objetivos diversos. Aqui, pretendemos analisar algumas estratégias de libertação de escravos urbanos, trabalhadores especializados ou

operários e diaristas, que buscavam sua liberdade através de formas legais, na cidade de Pelotas na década de 1880. Interessa-nos especialmente este grupo, pois muitos dentre eles se tornaram lideranças, sejam operárias, sejam étnicas, nas décadas e anos subsequentes. À luz desses objetivos, as próprias ações cotidianas revestem-se de novos significados e aparecem-nos transmutadas, inseridas em um contexto cujo objetivo último é a luta contra a instituição escravista, de forma individual e coletiva, ao mesmo tempo.

Nesta análise, pretendemos esmiuçar o cotidiano como campo em que se travam e se resolvem várias lutas de importância para a vida e trajetória das pessoas, embora de uma forma aparentemente banal e corriqueira, não apresentando o caráter de profundas decisões ou necessitando da formulação de grandes estratégias, mas apenas partindo do estabelecimento – mais ou menos consciente, mais ou menos intuitivo – de formas de comportamento, de aproximações táticas com grupos ou pessoas e, no entanto, apresentando ao longo do tempo, diferenciações e valor insuspeito para a vida dos agentes considerados. Obviamente, ao trabalhar desta forma, o termo resistência, no sentido empregado por Machado (1987) vem frequentemente à cabeça. Entretanto, para não banalizar o conteúdo e o sentido desta palavra, preferimos não utilizá-lo. Isso não significa de modo algum considerar que as atitudes e práticas por este grupo de trabalhadores urbanos não se constituíram como estratégias de luta contra a escravidão (como o próprio título da comunicação indica), mas apenas preservar o termo resistência para atividades de inconformidade mais acentuada com o sistema.

Até o momento, todas as táticas que faziam parte das práticas destes trabalhadores urbanos inserem-se dentro da legalidade permitida, exceto no caso da formação das próprias associações e a constituição de suas diretorias, mas que serão explicitadas posteriormente e que se enquadram dentro do processo de dissolução acentuada da instituição escravista. Por outro lado, estamos conscientes que este grupo também pode ter se utilizado de táticas ilegais de luta, as quais simplesmente não podemos avaliar ou sequer reconhecer, pelas próprias fontes utilizadas nesta pesquisa (jornais e cartas de alforria), que só nos permitem entrever sua face de atuação legal e, mesmo assim, de forma grandemente incompleta.

Casamentos e irmandades: o valor dos bons relacionamentos

Conhecer as pessoas certas, em sociedades como a brasileira, sempre fez a grande diferença nas possibilidades de acesso das pessoas a vários benefícios ou brechas legais. Os indivíduos escravizados na sociedade brasileira, especialmente nos últimos tempos da escravidão, logo deram-se conta disso e procuraram potencializar suas chances de libertação, recorrendo a formas possíveis para entrar em contato com pessoas que pudessem auxiliá-las. Alguns conseguiram sua liberdade valendo-se dos bons ofícios de pessoas do próprio grupo negro, em maior posição de relevância conjunturalmente, como participantes da luta abolicionista. Houve aqueles que valeram-se da intervenção da Igreja Católica, mantendo sempre uma trajetória mais próxima da igreja e de suas instituições, especialmente no caso de membros em ascensão das irmandades negras e nas quais a pressão da Igreja sobre seus donos parece ter feito diferença. Alguns poucos, entre esse grupo, valeram-se das redes de relações clientelistas vigentes.

Embora não se deva colocar todas as participações ou atitudes dos escravizados como tendo sido orientadas por este sentido de busca da liberdade, é certo que ele houve e é correto também afirmar que influenciou em algumas das atividades ou decisões tomadas. Na pesquisa encontramos alguns indivíduos que acionaram vários tipos de estratégias, tanto individuais quanto coletivas, para tentar libertar-se. Como um exemplo deste tipo de trajetória, destacamos Justo José do Pacífico, escravo de Balbina Chaves Silveira, libertado pelo fundo de emancipação em 22/12/ 1882, após ter seu casamento arranjado pelo clube Abolicionista (Onze de Junho , dia 14/05/1884). Sua esposa, Maria Joana, escrava de outro senhor, libertou-se na mesma ocasião (Jornal A Nação, 23/12/1882). Aqui, o casamento potencializou as chances de ambos, ainda mais por serem escravos de diferentes senhores, conforme os próprios preceitos da Lei que criou os Fundos de Emancipação dos Municípios (Diário de Pelotas, 13/8/1880). O casamento deve ter influído substantivamente em sua escolha para receber o benefício, pois Justo tinha cerca de 30 anos na época e era possuidor de ofício especializado, duas condições que aumentavam em muito seu valor monetário. Entre 22 escravizados libertos em 1882, ele foi um dos dois únicos homens. Contudo, o Fundo também privilegiava libertandos que possuíssem pecúlio e a própria lista formada pelo relatório de atividades do clube abolicionista nos coloca vários escravos com pecúlio e que não foram

agraciados da mesma forma que esses dois. Portanto, outras brechas tiveram que ser descobertas para ampliar suas chances.

Justo procurou abrir caminho pelo lado do coletivo e tornou-se o primeiro presidente da Sociedade Negra Feliz Esperança, o que aconteceu *antes mesmo* de sua libertação (libertado em dezembro de 1882, ele já era presidente da Feliz Esperança pelo menos desde 1881). Assim, num local destacado dentro da comunidade negra como a Sociedade Feliz Esperança, tornou-se mais fácil receber também o reconhecimento dos setores abolicionistas da sociedade e conseguir sua libertação. Mas esta sociedade tinha também papel específico dentro dos esforços abolicionistas, como veremos depois.

O outro escravo era André Cardoso Brizolara, que também casou-se através da intermediação do Clube Abolicionista, com Maria do Rosário, uma liberta. A liberdade de famílias e, dentro disso, de casais pertencentes a senhores diferentes, era uma das principais prioridades constantes nas determinações do Fundo de Emancipação dos Municípios. Mas André tinha outro trunfo individual em mãos, o qual deve ter pesado favoravelmente à sua libertação: era membro de destaque da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Em 1880, seu nome encabeça a lista de mesários desta irmandade, dos quais fazem parte vários outros libertados ao redor daqueles anos, um pouco antes, um pouco depois. Portanto, a princípio, parece que pertencer a uma irmandade é um passo importante para conseguir a liberdade, pelo menos na década de 1880. Vamos abaixo fazer um exercício de análise da sua nominata completa para um ano próximo:

Devoção de nossa senhora do Rosário Eleição de juiz, juíza e mais empregados da Irmandade do Santíssimo Rosário de Nossa Senhora .

juiz: José Viriato; juíza: Gervasia Maria das Dores Vizeu; sec. *João Manuel de Oliveira Paroba*; tes. *Manoel Conceição da Silva Santos (reeleito)*; procurador: *Hortêncio Victoriano Pereira*.

Mesários: André Brizolara Cardoso, Adão Gerena de Oliveira, Antonio José dos Santos, Antonio José do Patrocínio, Eloy Antonio Pinheiro, Euzébio de Queiroz Coutinho Barcellos, Francisco Resende, Fortunato Moreira, Izidro José dos Prazeres, João Alves Pereira da Silva, João Resende da Silva, Pacífico de Andrade.

Aias: Marcellina da Conceição Moreira; Maria Rosa da Silveira; *Maria Abrelina de Oliveira*; Maria Joaquina Alves Nobrega; Antonina das Dores Andara; Amália Paiva; Palmira Rosa Caldeira; Julia da Conceição Saraiva; Candida Joana da Conceição; Maria Fonseca da Silva; Mariana Ribeiro; Matilde Dias de Castro; Maria Conceição da Silva Branco; Maria Augusta Barbosa; Carolina Ribeiro.

Juizas por devoção: Constança San Juan de Gama Lobo; Crescencia Montana de Abreu; Maria Joaquina Macchin, Francisca Vieira Barcellos; Maria Francisca Mendonça de Assumpção; **Vicencia de Jesus Sequeira**; MIquelina Pacheco Brochado; Antonia Maria Antunes

Juiza do Ramo: D. Boaventura de Carvalho Chaves.

Juizes por devoção: *Francisco de Paula Guerreiro; capitão Leonídio Antero da Silveira Filho; Fructucto Alves da Fonseca; Candido Manoel dos Passos.*

Zeladoras perpétuas: Joaquina Ferreira de Araujo e Eleutéria Luiza Vieira. – (Jornal do Comércio 6/10/1880).

Dos nomes acima, destaquei em *itálico* aqueles que consegui identificar como negros ou pardos livres e de relativa influência, como Manoel Conceição da Silva Santos, que era tesoureiro do Clube Abolicionista e pertencia ao Partido Liberal, tendo papel destacado na comunidade negra e Candido Manoel dos Passos, que era professor, funcionário público e escrivão, provavelmente pardo.

Mas havia brancos entre essa nominata, ocupando cargos honoríficos ou de maior responsabilidade. Entre as mulheres encontrou-se Vicência de Jesus Sequeira, mãe do Cônego Canabarro, portanto, pessoa de influência junto a este, também destacado abolicionista. Como sua mãe, ela poderia interceder junto ao vigário acerca de algum dos membros mais desassistidos da irmandade. Isso, não obstante possuir escravos, que só libertou em inícios de 1884, quando tomou vulto a campanha abolicionista na cidade. Também a zeladora perpétua Eleutéria Luiza Vieira e sua irmã Joaquina (que pode ser a outra zeladora) teriam escravos nesta época, libertando-os em inícios de 1883, sem ônus.¹

Um caso relativamente estranho encontramos em relação a Miquelina Pacheco Brochado, também juíza por devoção e da qual não sabemos a cor, que aceitou dar a liberdade a seu escravo Izidro, preto, com 38 anos, em 1882, pelo pagamento de 900\$ por este último. O que é estranho não é o fato de ter aceito dinheiro para libertá-lo, nem de possuir escravos, o que era perfeitamente comum nas irmandades da época, mas sim que talvez esse Izidro fosse também mesário da irmandade, nesse ano de 1880 como se pode ver acima, Izidro José dos Prazeres. Claro está que isso é ainda apenas uma suposição que pode não se confirmar, e o Izidro em questão ser outro, talvez o alfaiate de 57 anos escravo de Félix Torquato Sampaio e que teve a infelicidade de ter que suportar um contrato de trabalho, feito em maio de 1884, que só o transformaria efetivamente em pessoa livre em janeiro de 1886.² Os poucos dados de que dispomos e o enervantes erros na publicação de nomes, o descuido com os sobrenomes de gente pobre pelos jornais, ou ainda as falhas do

¹ Os dados foram retirados de: Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. *Documentos da escravidão catálogo seletivo de cartas de liberdade* acervo dos tabelionatos do interior do RS. Porto Alegre : Corag, 2006, volume 1, p. 559, 459 e 556.

² Cartas de liberdade..., v.1, p.551 e 566.

copista, às vezes, tudo parece conspirar contra o conhecimento de dados sobre estas pessoas, e portanto, temos que caminhar com cuidado.

Quanto aos grifados, dois elementos masculinos tem passos que podem ser acompanhados através dos jornais, por terem se tornado lideranças da comunidade negra pelotense e também dos quais foi achada sua carta de liberdade na década de 1880, quando sua alforria foi conseguida de forma gratuita:

Adão Gerena de Oliveira foi alforriado em 4/5/1884 por Emília Nunes Gerena em atenção ao seu bom comportamento³. Euzébio de Queiroz Coutinho Barcellos foi libertado gratuitamente,⁴ pelo proprietário, Cosme Rodrigues Barcellos em 26/1/1883 . Aos trinta e um anos de idade e de profissão carpinteiro, consta que sua liberdade foi conseguida gratuitamente, em consideração ao afeto e amizade com que serviu. Ele foi da primeira comissão coordenadora do Centro Ethiópico, entidade criada para organizar e centralizar a participação negra nos feitos e festas do processo abolicionista, em outubro de 1884 (A Discussão 17/1/1884). Vê-se, portanto, que a participação nas Irmandades rendia pontos para o indivíduo ser reconhecido pela comunidade negra. A Coordenação do Centro Ethiópico foi eleita em cima de representantes de setores do grupo negro urbano e de cinco representantes, dois tem relação com esta irmandade, Euzébio e José da Silva Santos, filho de Manoel Conceição da Silva Santos.

Outro homem, Fortunato, já estava liberto nessa ocasião, alforriado por disposição testamentária em 1877, mas seu casamento foi intermediado pelo clube Abolicionista, com a liberta Ester da Silva, a qual por sua vez, se tornou livre por intervenção direta de Manoel Conceição da Silva Santos, que empregou dinheiro em sua soltura⁵. Entre as mulheres foi mais complicado tentar achar suas cartas de liberdade, pois muitas tinham o costume de utilizar sobrenomes religiosos (como “ Da Conceição” ou “Do Rosário”), inviabilizando a tentativa de reconhecimento e , por isso, encontrou-se apenas duas possíveis libertas nos anos próximos

Entretanto, identificou-se a juíza neste e noutros anos da irmandade, Gervásia Maria das Dores Vizeu, a qual provavelmente teria sido a escrava crioula Gervásia, que

³ Catálogo das Cartas de Liberdade, v. 1, p. 566.

⁴ Catálogo das Cartas de Liberdade, v.1, p. 555

⁵ Isso consta no relatório do Tesoureiro Manoel Conceição da Silva Santos, reproduzido no jornal Onze de junho de 13/02/1885. A carta de alforria de Fortunato está na página 506, das cartas de liberdade, v.1.

recebeu sua liberdade em 1875 da proprietária Maria Joaquina Rodrigues Vizeu, mas por alta quantia (1:400\$)⁶.

Como se sabe, as irmandades acolhiam livres, libertos, escravos ou possuidores de escravos, portanto, não tem uma atitude ou propósito único em relação a escravidão, ou a favor da abolição. Pretende-se aqui apenas demonstrar que havia uma maior facilidade de conseguir a alforria por parte dos membros mais destacados dessa irmandade, o que entendemos estar diretamente em sintonia com o fato de terem acesso mais próximo a elementos de destaque no processo abolicionista, podendo beneficiar-se das relações de amizade e da Igreja para a conquista da liberdade.

Havia ainda, outra irmandade negra, a de São Benedito, mas infelizmente ainda não conseguimos recuperar nenhuma nominata desta época, embora se saiba que deva ter importância na luta em prol da causa negra, tanto que, em 1900, essa irmandade funda o Asilo São Benedito.

Quanto a utilizar o casamento como forma de mostrar-se cordato e integrado frente à sociedade, ela foi incentivada especialmente pelo Clube Abolicionista, que entre suas realizações, destacava o fato de ter formado 19 novas famílias entre os escravizados. Destes 19 casais em que pelo menos um cônjuge era escravo, descobriu-se que o fato de serem casados foi determinante em muitos casos, normalmente libertando-se os dois cônjuges escravizados ao mesmo momento. Todos, ou quase todos, conseguiram sua liberdade entre fins de 1880 (quando é fundado o Clube Abolicionista) e fins de 1884 (fim da campanha da emancipação), e a maioria foi liberta pelo Fundo de Emancipação. Apenas alguns foram libertados por seus senhores, como Maria do Carmo, casada com Marcelino José Miguel, e Luzia, casada com Verissimo, a qual conseguiu alforriar-se apenas um mês após o casamento, acontecido em 1883.⁷

De outro escravo casado, Alípio, temos sua carta de liberdade⁸ na p. 516 do dito catálogo, por pagamento de 600\$, feito por Manoel Jacinto Dias, o qual era membro ativo do clube abolicionista, ao que parece pagando de seu próprio bolso, já que Alípio não foi encontrado como tendo pecúlio em poder do clube Abolicionista:

⁶ Catálogo das Cartas de Liberdade, v.1m p.504.

⁷ As alforria de ambas constam nas Cartas de Liberdade, volume 1, respectivamente nas páginas 461 e 462. A primeira, levada a arbitramento frente ao juiz, foi nessa ocasião alforriada gratuitamente por sua dona, que não queria passar pelo constrangimento de ter sua escrava submetida à avaliação como querelante e a segunda teve que pagar 400\$.

⁸ P. 516 das Cartas de liberdade, v. 1

O Sr. Manuel Jacintho Dias, que muito se tem recomendado por atos de filantropia, também deu carta de liberdade ao escravo Alípio de propriedade da Sra. D. Cecília Amarante.(A Discussão, 3/5/1882)

Aqui temos mais um exemplo dos benefícios que poderiam advir de relações próximas com membros influentes do clube. Como os jornais apressam-se a dar todas as manumissões dadas em solidariedade, ou seja, quando a pessoa que paga o valor não é o escravo, temos um certo número dessas, o que permite concluir, embora seja óbvio, que aqueles ainda escravizados que, por alguma razão, estivessem mais próximos dos membros do clube, teriam maior facilidade em conseguir sua própria liberdade.

Contudo, em grupo, esta estratégia de buscar o Fundo de Emancipação e utilizar-se e conhecimentos pessoais, não esteve tão próxima ao conjunto de escravizados na cidade. Primeiramente porque o número de pessoas emancipadas desta forma sempre foi pequeno, embora apresente um certo crescimento conforme ocorre a desvalorização do preço da mercadoria escravo. Em segundo, porque esse expediente também nessa cidade foi utilizado para dar a liberdade a escravos velhos e doentes, ou dos quais houvesse pendências não resolvidas em relação a sua real condição. Mas principalmente porque, a partir de fins de 1884, quando a cidade é declarada livre de escravos (embora mais de dois mil ainda estivessem matriculados) termina ocorrendo que não se utiliza mais o Fundo de Emancipação e as economias ali depositadas também não podem ser sacadas, culminando numa situação absurda, em que pessoas ainda estão escravizadas legalmente, mas a cidade age como se elas não existissem, não atendendo a seus reclamos e expectativas.

Loterias: a aposta individual na sorte

Ao analisar jornais da década de 1870 e do início de 1880 em Pelotas, uma coisa imediatamente chama a atenção do pesquisador: a quantidade de apostas em loterias que eram feitas na cidade, por setores variados e pertencentes a todas as classes sociais, praticamente. A aposta na loteria teve grande desenvolvimento na cidade e, por desígnios do destino, alguns escravos começaram a ganhar na loteria, o que era convenientemente apresentado pelos jornais, colocando muita expectativa na utilização desse método como forma de saída da escravidão, além de incentivar uma escalada de

apostas lotéricas. Isso acontecia, a julgar pelas notícias de jornais, não só em Pelotas, mas também em Porto Alegre e outras cidades, com o que muitas pessoas se libertaram.

- Porto Alegre- O Sr. Cristovam Ratto libertou sua escrava de 22 anos pela quantia de 400\$, que esta ganhou num bilhete de loteria comprado em sociedade com seu senhor. (Diário de Pelotas, 8/Mar/1881, p.2 col 2)

- Porto Alegre- Na última loteria da província, uma família de escravos foi contemplada, e o marido, mulher e 4 filhos imediatamente libertaram-se. (Diário de Pelotas, 1/7 /1881, p.1 col 6).

Em algumas cartas de alforria percebe-se a veracidade destas notícias, pois encontra-se dados que corroboram esta situação, deixando perceber a libertação de escravos com dinheiro oriundo de prêmios de loteria, em várias cidades do estado. Por exemplo, em Rio Grande, Bernardino foi libertado através de sua irmã Joaquina que ganhou um quarto de bilhete da grande loteria da corte e então comprou a liberdade dele, embora ela permanecesse escravizada⁹.

O cume dessa escalada de apostas em loterias aconteceu em fevereiro de 1881, quando um grupo de sete escravos ganhou um prêmio especial, chamado de grande prêmio para a construção do monumento do Ipiranga. Estes sete escravos conseguiram alforriar não só a si próprios, mas alguns alforriaram toda a família¹⁰, com o dinheiro recebido, cabendo-lhes metade do prêmio, aproximadamente 30.000 réis. Muitos deles venderam seus direitos para uma firma da região, recebendo apenas parte do dinheiro, mesmo assim melhorando sensivelmente sua vida.

Os mecanismos que tornavam tão fácil ganhar em loterias, especialmente na cidade de Pelotas, na qual se contam vários indivíduos da cidade sendo contemplados, a julgar pelos jornais, sejam pobres ou ricos, escravos ou livres, ainda estão sob análise. Aparentemente, o fato de haverem várias loterias concomitantes, como de Porto Alegre, Corte, Montevideu e mais outras, todas tendo sua venda livre na cidade, era um incentivo a isso. Outro fator é que se pode perceber que os números variavam do milhar a centena do milhar e talvez houvesse mais de uma extração, no caso do prêmio sair para número não vendido. São conjecturas, pois ainda não se conseguiu material específico sobre o sistema das loterias, sabendo-se que somente em 1893 passou a ser

⁹ Cartas de Liberdade, v.2, p. 726.

¹⁰ Nas páginas 457 e 458, correspondentes as cartas de liberdade de abril de 1881, do Catálogo das cartas de liberdade, v. 1, aparecem vários membros das famílias dos vencedores sendo alforriados.

centralizado pelo governo republicano, e portanto antes qualquer um poderia promover esse tipo de jogo de azar. Mas, sem dúvida, um mecanismo que auxiliava em muito a que Pelotas fosse beneficiada em várias loterias, era a quantidade de apostas que eram feitas na cidade. Para isso, inclusive, as pessoas se organizavam informalmente em associações, perseguindo metodicamente o objetivo de enriquecer, como pode-se ver nos vários exemplos abaixo, todos retirados de páginas de jornais:

Os caiporas – Sociedade dos dez atrás dos trinta. Pertence a esta sociedade os quartos de bilhete da loteria de Porto Alegre nº 1891 e 3101 a correr em dia 16 de outubro e ficam em poder do tesoureiro. Souza (Jornal do Comércio, Pelotas 10/10/1876)

“O Presente em busca do futuro” – Esta sociedade, avisa, por que lhe pertence os quartos de bilhete (.....) da loteria de Porto Alegre, que correrá a 3 de novembro próximo. O tesoureiro M. J. S. Areal, 19 de outubro de 1876. (O Paiz, Pelotas, 21/10/1876).

Muitas outras sociedades existiram e, pela compilação de nomes, vê-se que abrangiam amplo e extenso tecido social. Também tiveram certa frequência anúncios de pessoas que perderam bilhetes premiados e que ameaçavam quem fizesse uso deles, outros aceitando dividir o prêmio com quem os encontrasse, etc. O grande número de anúncios, sobre a perda de bilhetes, pode estar relacionado a práticas de burla, de quem já sabendo do resultado de algumas dessas loterias (cuja extração era distante e o resultado demorava a chegar na cidade) tentasse garantir uma parte do prêmio. Por outro lado, no sentido de evitar as fraudes, a publicação dos números comprados pelos jornais também era uma forma de garantir-se direitos sobre eventual premiação, o que nos deixou bom material de trabalho.

Estes agrupamentos de apostadores poderiam ter ou não alguma lógica interna em sua constituição, mas em alguns casos formavam uma miscelânea, havendo mulheres apostando tanto quanto homens ou misturando-se pessoas de status completamente diversos, como este abaixo:

Aos sócios abaixo assinados pertencem os 18 bilhetes inteiros da grande Loteria de São Paulo, com extração de 26/2/1881, cujos bilhetes tem os números..... ficando os mesmos depositados na Cigarraria Bom Fumante e em poder do sócio Mario Jorge Mena Machado. Assinados:



X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA

O BRASIL NO SUL: CRUZANDO FRONTEIRAS ENTRE O REGIONAL E O NACIONAL

26 a 30 de julho de 2010 - Santa Maria - RS

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Centro Universitário Franciscano - UNIFRA

Mario Jorge Mena Machado, Costa e irmãos, Martin Begona, Adelaide Menna Machado, *João Manuel de Oliveira Peroba*, *Euzébio Barcellos*, Francisco Monsarvo Pons, Joaquim Pedrozo, Libindo Marques Collares, Rita de Barros Machado - F. Azambuja - dr. Maia, *Antonio José dos Santos* - J.G.L., Felix Silvestre - Francisco de Salles Lopes - Aurélio Seixas, Luiz Felipe de Almeida. (A Discussão de 26/2/1881)

Nesse anúncio aparecem alguns nomes já conhecidos, membros da irmandade Nossa Senhora do Rosário, portanto, negros ou pardos. Euzébio, inclusive, era ainda escravo na ocasião, pois só se liberta em 1883. Paroba, secretário da irmandade era livre, filho de um oleiro e também carcereiro na cidade, negro. De Antonio José dos Santos, nada se descobriu além de que era membro da irmandade. Mas o Dr. Maia era figura de prestígio, político do partido Liberal, partido ao qual talvez pertencesse também Paroba. E Luiz Felipe de Almeida era um dos vários filhos de Domingos José de Almeida, líder da República de Piratini, e tinha um cartório na cidade naquele momento. Por que motivo se uniram desta forma? Não o sabemos, talvez por inclinações partidárias, talvez ao acaso. A sorte na Loteria do Ipiranga fazia sonhar a todos, sem exceção.

Mesmo antes de ser extraída, a Loteria do Ipiranga já fazia sensação em Pelotas, e o jornal que melhor nos faz perceber essa situação é o Jornal do Comércio, o qual publicava notícias incentivadoras das apostas, como aquela em que dizia que os cuidados com a extração deste prêmio especial foram tantos que se chegou a nomear uma comissão de engenheiros, para ver se a máquina que sorteava os bilhetes não estava viciada. (JC de 6 a 15 de fevereiro 1881).

A mágica ideia de ganhar na loteria podia levar alguns, especialmente os escravizados a cometer roubos ou furtos de pequenas quantidades de dinheiro, para apostar na sorte. Um caso, em particular, descoberto pelo equívoco dos praticantes nos deixa claro a existência desses procedimentos:

Seria roubo? Apresentou-se ontem na cigarraria Flor Cubana o crioulo Bernardo, da charqueada do Sr. Antenor Barbosa, com uma cédula de 200\$000 para comprar um bilhete de loteria, dizendo ser a cédula de 20\$00, que após interrogado disse que recebeu do preto Miguel, pedreiro da charqueada do Sr. Brutus Almeida. A cédula foi depositada até verificação de sua origem. (Diário de Pelotas, 4/10/1881)

Novamente aqui deve-se considerar que, quantitativamente poucos foram os contemplados com os prêmios das loterias, fossem escravizados ou livres. Mas o que

importa realçar é que o sonho de ganhar na loteria continuou iludindo e fazendo a esperança de muitos naqueles anos, o que diz respeito, diretamente, até a construção coletiva de organizações de trabalhadores, como veremos a seguir.

Associações: o esforço coletivo

Houve também estratégias coletivas, como a constituição da Feliz Esperança e da Sociedade Deus, Fé e Caridade permitem conhecer. A Sociedade Lotérica Beneficente Feliz Esperança, cuja data de fundação oficial é 10/10/1880, mas que provavelmente, existiria já anteriormente, como associação lotérica informal, Supõem-se que a sociedade informal abaixo citada seja um dos seus embriões, embora tenhamos encontrado grupos organizados de apostadores, que incluem alguns de seus futuros dirigentes, em outras notícias de jornais.

Sociedade Esperança - Os bilhetes comprados na loteria que corre em Porto Alegre, no dia 25 de janeiro, são os seguintes números 1088, 343 e 428 e da que corre em Montevideu a 20 de janeiro, são os números 7878, 5830 e 1800 (Jornal do Comércio, 19 janeiro 1877)

Sabemos de seu objetivo de apostar em loterias, pois seu próprio nome o diz. Não conseguimos o estatuto inicial, e desconfia-se que não o tenha, pois aparentemente trabalhava na semi-legalidade. Quanto ao termo Feliz Esperança, reflete exatamente o que foi analisado até aqui, a mágica aspiração de ganhar e resolver todos os problemas por meio da sorte ou azar.

Um fato singular a distinguir a Feliz Esperança de outras entidades negras: ela não só possui escravos como sócios, como principalmente sua diretoria é, em grande parte, composta por elementos ainda escravizados, ao longo de toda a década de 1880. Em realidade, conforme vamos distinguindo suas diretorias, ano a ano, vemos que, a exceção de alguns elementos (primeiro secretário e procurador, especialmente) a executiva da entidade é composta por escravos, inclusive seus presidentes. Vejamos, por exemplo, a primeira diretoria completa de que dispomos da mesma, para atuar no ano de 1882.

Nova diretoria: diretor presidente: Justo José do Pacífico - reeleito; vice: Pompeu Soares da Porciúncula. Dir. secretário: Virgílio José da Silva, reeleito; segundo secretário: João Venâncio Pereira França. Tesoureiro: Valentim Candido da Rosa, reeleito. Orador Adão Gonçalves da Silva,

reeleito e 2º orador José Maria de Carvalho e Silva (Correio Mercantil, Pelotas, 11/1/1882)

Destas lideranças, Justo ainda era escravo quando foi feito presidente e, como foi reeleito, segue-se que o era desde 1881 pelo menos, em clara violação as leis do Império. Também ainda escravizado naquele momento era seu primeiro orador, Adão Gonçalves da Silva, do qual a história é ainda mais interessante, porque conseguimos provar o empenho direto da sociedade pela sua libertação: escravo de Leão Gonçalves da Silva, ele foi solto em 20/8/1882, mediante o pagamento de 710\$ sendo 340 por ele mesmo e 370\$ pelo Clube Abolicionista. Contudo, no relatório do mesmo Clube está escrito que só contribuíram com 260\$ para sua liberdade¹¹. Portanto, segue-se que mais alguém contribuiu para sua libertação, mesmo que isso tenha sido debitado ao clube, pois faltam 110\$ para fechar a conta. Se não foi ele, nem o clube Abolicionista, é muito provável que tenha sido a sociedade Feliz Esperança, da qual era diretor.

Outra nominata completa de sua diretoria só a temos para 1885 e novamente, repete-se o caso de diretores ainda escravizados fazerem parte de sua diretoria. Tudo indica que a Feliz Esperança movia-se na semi-legalidade, o que explica a falta de seu estatuto original, pelo que temos que contentar-nos com as parcas notícias que saem sobre elas nos jornais, não permitindo saber se todo o rendimento auferido com loterias ou outros meios seria empregado na compra de liberdades para seus sócios. Podemos saber apenas que ela auxiliava seus sócios nessa tarefa, como no exemplo abaixo:

UMA AÇÃO NOBRE

A sociedade beneficente Feliz Esperança, composta por artistas e operários obscuros, que tiram do afanoso trabalho diário o indispensável para prover a sua subsistência, contribuiu com a quantia de 249\$000 para a liberdade de seu sócio Valentim, pardo de 18 anos de idade, escravo do Sr Diogo Pires da Fonseca. Essa quantia mais o que ele tinha somou a quantia exigida pelo senhor que lhe passou a carta de liberdade (Correio Mercantil, 5/2/1884, p.2 col3).

Este pode ser o mesmo Valentim Candido da Rosa, tesoureiro da diretoria de 1882, como visto acima. Mas outros mais foram libertos com o auxílio da sociedade, como Eusébio de Souza Lima, vice-presidente da F. Esperança em 1885 e 1886, diretor

¹¹ Cartas de Liberdade, v. 1, p. 553 Quanto ao valor pago pelo clube abolicionista, ele consta nos jornais Onze de Junho, do dia 13/02/1885 e A Discussão de 22/8/1882.

em 1898 e que também foi da Comissão de Contas da Fraternidade Artística em 1898. Tem um escravo Eusébio, cujo dono era Bernardo de Souza Lima, que se liberta em março de 1884, pagando 450\$. Ele foi libertado por uma “vaquinha”, proposta pelo sr. Rafael Zamorano, ao final de uma festa do Clube Abolicionista, em março de 1884, no qual foram libertados vários escravos. Isso era uma coisa comum naqueles tempos, pois se aproveitava a comoção provocada pelas cerimônias abolicionistas para conseguir a liberdade de mais uma pessoa¹².

Contudo, parece que ele não foi libertado só por esse expediente, já que 450\$ era um valor alto para ser conseguido apenas mediante uma arrecadação fortuita, em que muitos dariam apenas 10\$. E, novamente, pelos jornais, temos o registro da atuação da Feliz Esperança.

S. L. e B. Feliz Esperança:

Esta sociedade, composta em sua totalidade por homens de cor, todos operários, não deixou, embora no acanhamento de seus recursos, de pronunciar-se condignamente no dia 25 do corrente, em que se festejou a gloriosa província do Ceará, que desde esse dia não conta mais escravo em seu seio.

A Feliz Esperança efetuou uma sessão magna, que esteve muito animada e concorrida, e contribuiu com um regular donativo para ajudar um seu consócio a libertar-se (Correio Mercantil, 28/3/1884)

Euzébio é o único escravo homem que consegue a alforria nesta data e seu dono tem o mesmo patronímico que ele passa a utilizar em sua vida como livre. Não temos a diretoria da sociedade para 1884, mas nas seguintes, Euzébio aparece em posição de destaque, como vice-presidente em 1885 e 1887 e depois tem regular participação na entidade. Atente-se também para a importância de sua atuação, pois na verdade como sociedade constituída, seus diretores estavam mais próximos do clube abolicionista e poderiam articular-se, como de fato o fizeram, para conseguir a libertação de seus consócios, ou para ampliar as chances de alforria.

Aparentemente, esta sociedade continuou utilizando a mesma estratégia durante toda aquela década, com excelentes resultados, pois se conseguiu identificar vários trabalhadores escravizados que foram de sua direção, antes ou depois de libertados. Ainda deve-se acrescentar que alguns deles tornaram-se verdadeiras lideranças sindicais

¹² Cartas de liberdade, vol 1, .p. 560 e Diário de Pelotas de 27/3/1884.

da região, como Antonio Baobad, já pesquisado em outros trabalhos. Outros, tornaram-se lideranças de associações étnicas, recreativas ou não, enfim, dos elementos identificados pelo estudo, como já demonstrado, a maioria seguiu uma trajetória de ampla participação nas redes associativas operárias ou negras da cidade¹³.

Outro tipo de sociedade envolvendo escravos, encontrada em Pelotas e em Porto Alegre era do tipo cooperativo, na qual se reuniam vários trabalhadores escravizados, homens e mulheres e se quotizavam semanal ou mensalmente para alcançar um montante de recursos que permitisse a compra da liberdade de cada um dos cotizados. Estas sociedades buscavam formas de conseguir verbas para este fim através de doações, bazar de prendas e, talvez, bailes ou outro tipo de diversões. Em Porto Alegre, nasceu a *Esperança e Caridade*, em meados de 1883, a qual tinha por finalidade usar a contribuição semanal de todos para libertar um por um de seus sócios. Ao falar sobre um processo que a envolveu em 1883, Moreira (2003) comenta que a justiça, investigando-a, chegou à conclusão que ela não possuía nenhum registro público, sendo, portanto, ilegal como outras existentes na mesma época. Isso não impediu, entretanto, que tivesse assento entre as sociedades abolicionistas da cidade e que seu trabalho fosse elogiado pelos clubes e jornais abolicionistas da elite, como pode-se ver por exemplo, em notícia do Jornal do Commercio de Porto Alegre, transcrita pelo Onze de Junho de 22/6/1882.

Diferentemente desta, a Sociedade Deus, Fé e Caridade, fundada em Pelotas ao mesmo tempo, e aparentemente com o mesmo objetivo, enfrentou maiores dificuldades, com seus membros sendo presos pela polícia, acusados de fazer baile fora de horas, já que a maioria dos que dançavam eram escravos. Além disso, há críticas também de cotizados ao que entendem seria uma burla em seus propósitos, pois a sociedade despenderia com bebidas o dinheiro das quotizações. Realmente, não há registros de

¹³ Note-se que apenas se consegue acompanhar uma liderança, antes ou depois da abolição, quando seu nome consta nos jornais, em nominatas de diretorias, ou através de vários cruzamentos, é possível ainda reconhecê-lo como escravo. No limite, isso significa que muitos mais trabalhadores urbanos foram libertos dessa forma, mas não conseguiram ser identificados devido a falta de documentos mais precisos, como livros de atas de associações, listas de sócios ou mesmo, as listas de matrículas de escravos.

alforrias sendo conseguidas pela sociedade pelotense, ao passo que a porto alegreense conta a seu favor, em pouco tempo, mais de 67 cartas de liberdade, tendo durado mais de um ano.

Encerrando, viu-se que várias atividades cotidianas foram utilizadas por alguns escravizados da cidade de Pelotas, no sentido de potencializar suas chances de libertação. Em certos casos, alguns tentaram acionar, ao mesmo tempo, várias delas, tratando-as como possíveis brechas para a conquista da liberdade nos limites legais de uma sociedade opressora e, aparentemente, foram justamente estes que obtiveram as maiores vitórias, ocupando espaços junto às irmandades, relacionando-se com abolicionistas e também, num esforço coletivo, participando de associações criadas com o objetivo de libertar seus sócios. Também é fato relevante que a atuação destes agentes, em sua maioria, não parou neste momento, mas continuou fazendo-se presente nas primeiras décadas do regime de trabalho assalariado, especialmente em relação à organização étnica negra e também auxiliando a fazer a transição entre o trabalhador sujeito à práticas físicas de coerção para o trabalho e aquele “livre” para optar entre submeter-se ao trabalho para outrem ou encarar a fome e a completa desclassificação social. Note-se que qualquer uma destas três alternativas não são excludentes, muito pelo contrário, mas isso já é outra história.

Referências

- FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno. IN: LIBBY, Douglas e FURTADO, Junia. (ORGS.) *Trabalho livre, trabalho escravo*. Brasil e Europa. São Paulo: Annablume, 2006, p. 75-96.
- LARA, Silvia. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, n.16, fev. 1998, p. 25-38.
- LONER, Beatriz. *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: EdUFPel, 2001.
- LONER, Beatriz. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. IN: SILVA, Gilberto, SANTOS, J. Antônio e CARNEIRO, L.C. (Orgs.) *RS Negro*. Cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 246-261.
- MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão*. São Paulo: EDUSP, 1987.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres*. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MOREIRA, Paulo R. S. *Os cativos e os homens de bem*. Porto Alegre: EST edições 2003.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Depto. de Arquivo Público. *Documentos da Escravidão*. Repertório de cartas de liberdade. Acervo dos tabelionatos do Interior do Rio Grande do Sul. Coordenação Jovani Scherer e Márcia Medeiros da Rocha. Porto Alegre: Corag, 2006, volumes 1 e 2.